

USO DE RECURSOS VEGETAIS EM COMUNIDADES RURAIS LÍMITROFAS
À RESERVA BIOLÓGICA DE POÇO DAS ANTAS, SILVA JARDIM,
RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE CASO NA GLEBA ALDEIA VELHA

Alexandre Gabriel Christo¹, Rejan R. Guedes-Bruni² & Viviane S. da Fonseca-Kruef

RESUMO

(Uso de recursos vegetais em comunidades rurais limítrofes à Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: estudo de caso na Gleba Aldeia Velha) São reunidas informações sobre uso de plantas numa comunidade rural, Gleba Aldeia Velha, nos arredores da Reserva Biológica de Poço das Antas (Silva Jardim, Rio de Janeiro), a partir de entrevistas com 19 moradores selecionados. Foram obtidas 549 citações de uso de 210 espécies, subordinadas a 74 famílias. Asteraceae, Leguminosae, Lamiaceae, Euphorbiaceae, Myrtaceae e Poaceae apresentam maiores riquezas. A categoria medicinal reúne o maior número de espécies utilizadas, as quais, em sua maioria, são cultivadas (71,9%). O índice de Shannon (H') obtido corresponde a 2,20, indicando que a comunidade detém um bom conhecimento sobre o uso de recursos vegetais. A extração seletiva, um dos fatores da redução das populações de espécies típicas às matas de baixada, como o ipê-tamano (*Tabebuia cassinoides*) e o pau-pereira (*Picramnia ciliata*), restringe-se ao passado. O reconhecimento que a comunidade tem da importância da conservação dos remanescentes florestais da região, aliado ao conhecimento tradicional fixado constituem importantes instrumentos na estratégia de ações para uso sustentado destes recursos genéticos salvaguardados nas Unidades de Conservação e valorização das comunidades circunvizinhas.

Palavras chave: Floresta Atlântica, etnobotânica, plantas medicinais, comunidades rurais, unidades de conservação.

ABSTRACT

(The use of plant resources in traditional communities close to the Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro: A case study in the Gleba Aldeia Velha) This paper describes the different uses of the plants found in the rural community, Gleba Aldeia Velha, located in the outskirts of the Poço das Antas Biological Reserve (Silva Jardim County, Rio de Janeiro). Selective interviewing was done with 19 different residents in order to obtain the data here presented. Of these interviews, 549 different uses were cited of the 210 species, which are subordinate to 74 families. Asteraceae, Leguminosae, Lamiaceae, Euphorbiaceae, Myrtaceae and Poaceae were presented with the most frequency and richness. Medicinal plants, mainly cultivated, unite the majority of the species utilized (71.9%). The Shannon index (H') corresponds to 2.20 and indicates that the community is knowledgeable about the use of plant life. Selective removal, which is a factor in the reduction of native species in the lowland forests, such as ipê-tamano (*Tabebuia cassinoides*) and pau-pereira (*Picramnia ciliata*), no longer exist today. The knowledge that the community has of the remaining forested areas of the region, along with traditional knowledge, constitute important instruments in the making of strategies for the conservation and sustained use of the genetic resources protected by the conservation areas and gives value to the communities nearby in the process.

Key words: Atlantic Forest, ethnobotany, medicinal plants, rural communities, conservation areas.

INTRODUÇÃO

A Floresta Atlântica se caracteriza pela alta biodiversidade, elevadas taxas de endemismo e ao mesmo tempo por uma acentuada pressão antrópica, sendo considerada o quinto dentre os 25 "hotspots" mais importantes do mundo (Myers *et al.* 2000). Estima-se que no passado esta formação vegetal cobria cerca de 97% do

estado do Rio de Janeiro, restrita atualmente a 16,73% do território, dos quais 29,8% circunscritos às Unidades de Conservação (Fundação SOS Mata Atlântica 2002).

A paisagem mais drasticamente afetada desde o século XVI pela expansão agrícola, instalação de núcleos urbanos e construção da malha rodoviária foi certamente a floresta sobre baixada (Guedes-Bruni 1998),

Artigo recebido em 02/2005. Aceito para publicação em 06/2006.

¹Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Programa Mata Atlântica. Rua Pacheco Leão 915, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-030. aehristo@jbrj.gov.br

²Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rua Pacheco Leão 915, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22460-030.

classificada pelo IBGE (1992) como Floresta Ombrófila Densa Submontana com áreas aluviais, periodicamente ou permanentemente alagadas, e morros mamelonares e suas manchas remanescentes no Rio de Janeiro recobrem a Reserva Biológica de Poço das Antas.

Os remanescentes florestais contêm recursos genéticos de importância econômica, os quais, especialmente na Floresta Atlântica, tendem a se perder em decorrência da erosão cultural pelas quais as comunidades rurais passam, levando à perda do conhecimento tradicional que estas comunidades possuem. Alguns dos principais fatores para esta perda podem estar relacionados com as migrações para os grandes centros urbanos, sinalizadas pelo censo 2000 do IBGE (2004); com a perda do conhecimento tradicional associado, devido ao envelhecimento e morte dos indivíduos detentores deste saber que geralmente é mantido de forma oral ou, ainda, pela falta de documentação pretérita sobre esse tipo de informação.

Adotando Martin (1995), que define como conhecimento tradicional o saber que o povo local detém sobre o ambiente natural, são identificadas comunidades que acumulam esse conhecimento sobre os recursos vegetais no entorno da Reserva, o qual constitui uma poderosa ferramenta para o planejamento e manutenção dessas áreas naturais como já destacado por Albuquerque & Andrade (2002).

As informações históricas e culturais são igualmente reconhecidas por diferentes autores como instrumentos básicos para o entendimento nas relações estabelecidas entre o homem e a floresta (Amorozo & Gély 1988; Rossato *et al.* 1999; Born 2000; Diegues & Viana 2000; Hanazaki *et al.* 2000; Pavan-Fruchauf 2000; Almeida & Albuquerque 2002; Diegues 2002; Fonseca-Kruel & Peixoto 2004 entre outros).

Resgatar o conhecimento tradicional acerca dos recursos vegetais, transmitido de forma oral, de geração à geração, por parte das comunidades rurais que residem no interior ou às margens das Unidades de Conservação, deve constituir uma das ações prioritárias de estudo para a inserção dessas comunidades como importantes atores no processo de conservação

da diversidade biológica e para a qual este trabalho objetiva contribuir. Assim sendo, o presente estudo etnobotânico tem como foco de análise a comunidade Gleba Aldeia Velha (GAV), estabelecida em área limítrofe à Reserva Biológica de Poço das Antas (Rebio), e busca identificar as plantas mais utilizadas, suas diferentes formas de uso, suas fontes de origem, além de avaliar o nível de conhecimento e eventual existência de pressão para extração de espécies nativas na região.

MATERIAL E MÉTODOS

1. Área de estudo

A Rebio localiza-se na parte central costeira do estado do Rio de Janeiro (22°30' e 22°33'S e 42°15' e 42°19'W), no município de Silva Jardim (Fig. 1), a 130 km da capital do estado, com área de 5.000 ha, limítrofe ao município de Casimiro de Abreu (IBAMA 2003).

Uma das últimas manchas de floresta na baixada fluminense, a Rebio abriga uma grande faixa de vegetação arbórea típica à Floresta Ombrófila Densa Submontana e aluvial em diferentes estados de maturidade. Capoeirões ao longo das encostas dos morros mamelonares e também nas planícies são freqüentes (Guedes-Bruni *et al.* 2006a e 2006b; Lima *et al.* 2006).

Áreas de capoeiras e capoeirinhas abundam por toda a Reserva, não sendo raro encontrar indivíduos de frutíferas, remanescentes de antigas roças. Limitada por extensas áreas de pastagem, a cobertura vegetal encontrada vive sujeita à ação do fogo, especialmente na estação seca, sendo esse o principal agente degenerador da floresta (JBRJ 2003).

O rio São João, principal curso d'água na localidade, inunda parcialmente a Reserva, o que promove o aparecimento de espécies típicas como o pau-tamano (*Tabebuia cassinoides*) e o guanandí (*Calophyllum brasiliense* e *Symphonia globulifera*), espécies arbóreas caracterizadas por uma história de aproveitamento seletivo, essencialmente extrativista, que tem promovido acentuada diminuição de suas populações naturais (JBRJ 2003).

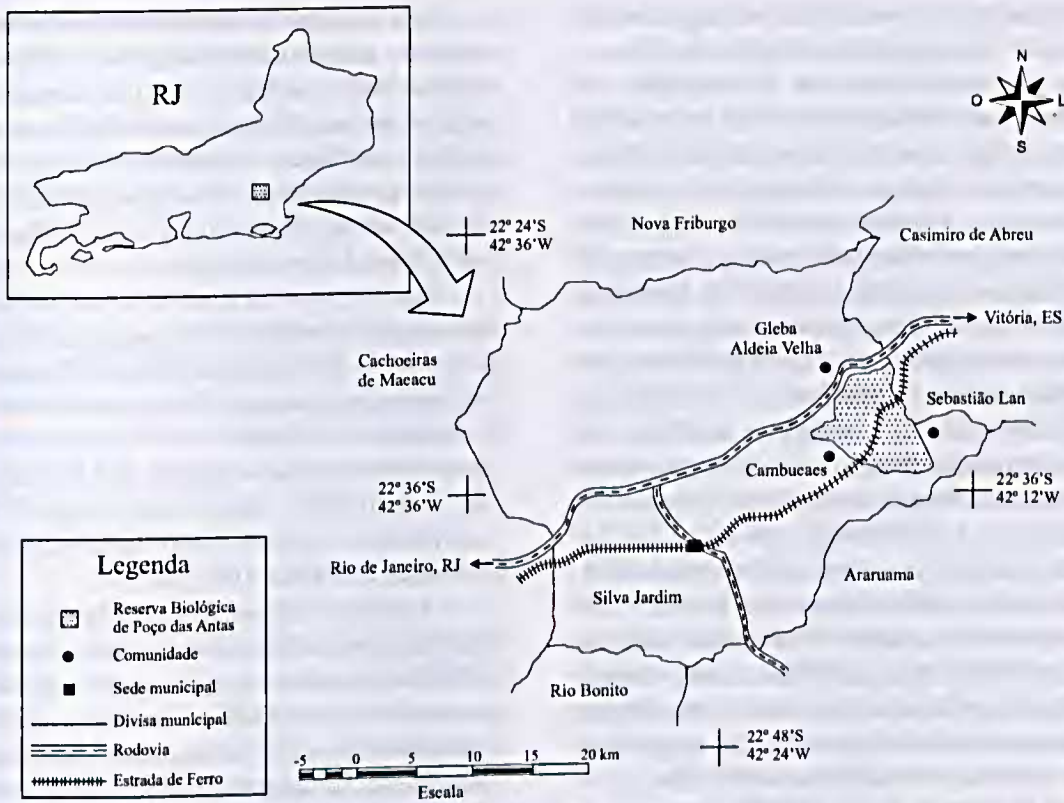


Figura 1 - Mapa de localização da Reserva Biológica de Poço das Antas e comunidades limítrofes. Fonte: Programa Mata Atlântica/JBRJ.

2. Aspectos sócio-econômicos

A presença de moradores nos arredores das Unidades de Conservação (UC), sobretudo quando suas propriedades ou posses fazem limites ou sobrepõem-se às áreas oficiais de UCs, geram freqüentemente expectativas de conflito de interesses e, em situações extremas, de litígio entre as partes. O senso comum, desde a década de 70, de que as UCs teriam suas áreas reduzidas pelas bordas e de que com o passar do tempo representariam, para diferentes setores, áreas improdutivas e, por conseguinte, potenciais à produção agropecuária, agravada nos anos 90 pelas invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acabou por gerar uma relação de desconfiança ainda maior entre as populações circunvizinhas às UCs e o setor ambientalista.

Para Diegues (2000) esse fato é consequência do modelo de criação de áreas protegidas implantado nos Estados Unidos da América, a partir de meados do século

XIX, amplamente difundido pelas políticas conservacionistas nos países em desenvolvimento, e baseado na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza.

As transposições desses espaços naturais, onde não se permitia a presença de moradores, geraram conflitos nos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação dos espaços e recursos naturais (Diegues 2000).

As práticas tradicionais dos produtores agrícolas na utilização da queimada para preparação do solo; o hábito da caça; a extração de lenha, tanto para consumo próprio como para comercialização, especialmente nessa região onde houve grande demanda para abastecimento dos fornos de numerosas olarias e padarias, bem como a expansão dos limites de propriedade decorrentes, muitas vezes, da fragilidade do sistema de fiscalização,

resultaram numa expectativa negativa em relação às comunidades vizinhas às UCs.

A realização da Convenção da Diversidade Biológica em 1992 trouxe luz a essa temática, propiciando uma visão crítica e ao mesmo tempo integradora entre os diferentes setores, possibilitando ações concretas, voltadas tanto para a conservação biológica como para a geração de benefícios às comunidades tradicionais e rurais. Heywood (1995) destaca que os homens são vistos como a influência dominante na biodiversidade, cujas escalas de transformação, manejo e uso dos ecossistemas foram acentuadas, nos últimos dois ou três séculos. A publicação da obra *Global Biodiversity Assessment* (Heywood 1995) defende a idéia de que os homens não deveriam ser reduzidos à condição de fonte de problema, mas, sobretudo, como parte da solução, onde estratégias sócio-econômicas para uso sustentável, conservação e repartição de benefícios deveriam ser oferecidas.

Larrère *et al.* (2003) tratam da biodiversidade sob o ponto de vista interativo entre as ciências da vida e as ciências sociais e incentivam os leitores, à luz de diferentes pensadores, a desenvolverem reflexões que considerem questões como: a biodiversidade é resultante da interação entre processos naturais e atividades humanas ocorridas numa longa escala temporal; as atividades humanas não são, necessariamente, desfavoráveis à diversidade biológica; a conservação, por sua vez, não se restringe, unicamente, à natureza, mas também à cultura e, ainda, que a biodiversidade, assim como a diversidade cultural, são duas faces da mesma moeda. Assim, reconhecem que as ações implementadas, de forma apartada entre os especialistas envolvidos na temática, acabaram por favorecer interpretações equivocadas. Um exemplo ilustrativo seria: o de que a proteção da natureza, ainda que sobrepujando a proteção da diversidade cultural, poderia ser feita contra as populações locais (e não com elas) mesmo que para seu cumprimento, fosse necessário, até mesmo, expulsá-las de seus territórios.

A relação entre o conhecimento tradicional sobre uso dos recursos biológicos e o impacto que este saber poderia gerar na extração de espécies ocorrentes em áreas de UCs passa a ganhar importância e destacar-se como ponto focal a ser então priorizado e tratado, sobretudo, por diferentes especialidades das ciências biológicas, da terra e sociais.

No entorno da Reserva encontram-se dois assentamentos: um com cerca de 20 anos, denominado Gleba Aldeia Velha (GAV) e outro com aproximadamente 10 anos, denominado Cambucaes (CAM). Há cinco anos estabeleceu-se uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que recebeu o nome de um de seus líderes, Sebastião Lan (SEB) (Fig. 1).

As comunidades rurais têm origens distintas: em GAV e CAM residem antigos trabalhadores das fazendas locais, ou seus descendentes; em SEB, por sua vez, residem trabalhadores que migraram das áreas canavieiras, principalmente da região norte fluminense, para as proximidades da Reserva.

Os seus habitantes subsistem da agricultura, cultivando banana (*Musa x paradisiaca*), inhame (*Dioscorea* sp.), milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), entre outros, assim como da criação de animais como gado para corte e leite, e cujos produtos são vendidos em feiras livres da região. Os mais jovens procuram trabalhar no comércio e na prestação de serviços nos municípios vizinhos. As escolas públicas oferecem ensino somente até a 4ª série do primeiro grau enquanto que postos de saúde inexistem. Essa situação resulta no fato de que os moradores se deslocam, com dificuldade, para as sedes dos municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu ou Araruama à procura de estabelecimentos de ensino e saúde.

A comunidade de GAV, que hoje é composta por 60 famílias, apresenta forte relação com a Reserva, visto que alguns moradores nela trabalham, em diferentes atividades e, também, por muitos deles residirem na região há mais tempo que os demais habitantes das outras comunidades,

detendo parcela significativa do conhecimento histórico da região tendo alguns, inclusive, acompanhado o processo de criação da Rebio.

A localização da GAV, que tem a estrada BR 101 como limite de território, minimiza eventuais conflitos de interesse entre a população local e os propósitos da Rebio, o que, associado ao tempo de fixação na localidade, e conseqüente história de vida, tornam-na a comunidade rural mais adequada à implantação de uma proposta de pesquisa de médio prazo sobre o uso de recursos vegetais por comunidades rurais limítrofes a Unidades de Conservação, da qual este estudo faz parte.

3. Aspectos históricos

A Rebio é oriunda da desapropriação de três propriedades rurais: Fazenda Poço D'Antas, Fazenda Bandeirantes e Fazenda Boi Branco. Na época de sua criação, em 1974, existia ainda na área da Reserva 35 posseiros que praticavam agricultura de subsistência e criavam pequenos animais, os quais foram indenizados e se retiraram da Unidade. O nome da Rebio deve-se à estação ferroviária existente em seu interior e ao lugarejo de mesmo nome - Poço D'Antas (IBAMA 2003).

O interior da Rebio é cortado pela estrada de ferro Leopoldina, construída em 1881, cujos remanescentes de floresta que foram poupados, até então, para a implantação de pastagens, passaram a servir de combustível para as locomotivas. Nesta época, muitas espécies medicinais sofreram excessiva extração. As plantas eram retiradas indiscriminadamente e levadas, por trem, para o município de Niterói e, dali, distribuídas para comercialização nas feiras livres da região metropolitana do Rio de Janeiro (Machado 1985).

4. Procedimentos metodológicos

Foi utilizada a técnica da bola de neve ("snow ball") que consiste em localizar um ou mais informantes-chave que indicam outros candidatos que poderão participar da pesquisa (Bernard 1986). Desta forma obteve-se a participação de 19 informantes detentores de conhecimento sobre o uso da flora local, onze

deles do gênero feminino e oito do masculino, com idades entre 27 e 76 anos.

Dicgues & Arruda (2001) relacionam como populações tradicionais não-indígenas as seguintes denominações: açorianos, babaçueiros, cablocos/ribcirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastorci), jangadeiros, pantanciros, pescadores artesanais, praiheiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros e varjeiros (ribeirinhos não-amazônios). Valendo-se desta categorização proposta pelos autores, identificou-se, como mais apropriada à comunidade a categoria: caipiras/sitiantes. Porém, em razão do termo caipira para cidadãos urbanos, ter adquirido ao longo do tempo, um cunho pejorativo, optou-se por designar a comunidade estudada como: comunidade rural.

O levantamento etnobotânico foi efetuado a partir de excursões mensais, realizadas no período de outubro/2002 a agosto/2003, contando com entrevistas abertas e semi-estruturadas (Alexiades & Sheldon 1996). Os informantes foram entrevistados individualmente utilizando-se técnicas de observação direta (Cotton 1998) e listagem livre (Weller & Romney 1988). Buscou-se identificar, através de caminhadas livres, os locais de vegetação utilizados pelos informantes (Alexiades & Sheldon 1996).

Foi realizado em fevereiro de 2003 um encontro com a comunidade de GAV, na sede da Rebio, objetivando apresentar, não só os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no local pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), ao longo dos dez anos de sua atuação na área, como também, apresentar o projeto de etnobotânica a ser iniciado na comunidade, com o intuito de estabelecer uma relação institucional com seus habitantes.

Procedeu-se à coleta de material botânico, nos locais onde as mesmas ocorrem, na presença e sob indicação do informante. O material foi, então, herborizado, identificado e depositado no Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RB).

O sistema de classificação adotado segue Cronquist (1988) e Leguminosae foi considerada como família única, de acordo com Polhill *et al.*

(1981). A nomenclatura foi conferida através das bases de dados W3 Tropicos (Missouri Botanical Garden VAST -VAScular Tropicos) e INPI (The International Plants Names Index).

Os dados obtidos foram tabulados numa matriz contendo os seguintes campos: família, nome científico, nome local, hábito, habitat, indicações de uso, coletor, forma de preparo e grupo de afecções tratadas.

Foram padronizadas e adaptadas as categorias de uso, de acordo com o proposto por Rios (2002), totalizando nove tipos de uso: alimentar, combustível, construção, medicinal, ornamental, ritualística, tecnologia, tóxica e veterinária (Tab. 1).

As doenças encontradas junto aos informantes foram padronizadas e adaptadas a partir da classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), de acordo com Almeida & Albuquerque (2002), as quais encontram-se agrupadas em 19 categorias, a saber: a) doenças infecciosas e parasitárias; b) neoplasias; c) doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo; d) doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos; e) transtornos do sistema sensorial (ouvido); f) transtornos do sistema sensorial (olho); g) transtornos do sistema nervoso; h) transtornos do sistema circulatório; i) transtornos do sistema respiratório; j) transtornos do sistema digestivo; k) transtornos do sistema genito-urinário; l) doenças da pele e do tecido celular sub-cutâneo; m) doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; n) afecções e dores não definidas; o) inapetência sexual; p) debilidade física e mental; q) mordida de bicho doente; r) viroses; s) acidente vascular cerebral.

A forma de preparo das plantas medicinais, aqui empregadas, foi agrupada em dez categorias, inseridas em dois grupos distintos: para uso interno (decoção, infusão, pó, xarope, gargarejo e inalação) e para uso externo (banho, sumo, *in natura* e vapor).

Objetivando avaliar a importância relativa de cada espécie medicinal citada pela comunidade, foi calculado o índice de importância relativa (IR) de Bennett & Prance (2000), onde o valor máximo alcançado por

uma espécie corresponde a 2,00 e é obtido através da fórmula:

$$IR = NSC + NP,$$

onde: IR = índice de importância relativa; NSC = corresponde ao número de sistemas corporais tratados por uma determinada espécie (NSCE) dividido pelo número total de sistemas corporais tratados pela espécie mais versátil (NSCEV); NP = corresponde ao número de propriedades atribuídas a uma determinada espécie (NPE) dividido pelo número total de propriedades atribuídas à espécie mais versátil (NPEV).

Tabela 1 - Conceituação das categorias de uso das espécies indicadas como úteis pela comunidade Gleba Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ.

Categorias de uso / comentários	
Alimentação	Plantas cultivadas ou adquiridas no comércio utilizadas na alimentação.
Medicinal	Destinadas ao preparo de medicamentos para tratamento de enfermidades.
Construção	Utilizadas como caibros e ripados na construção de telhados de residências, abrigos para animais
Combustível	Fornecem lenha para alimentação de fogões, fornos e tachos para beneficiamento de produtos agrícolas.
Ornamental	Utilizadas para ornamentar casas e quintas de residências.
Ritualística	Plantas com efeitos "mágicos", utilizadas para afastar "mau-olhado" e "abrir-caminho".
Tecnologia	Plantas utilizadas para o fabrico de utensílios domésticos e ferramentas.
Tóxica	Plantas que apresentam algum tipo de toxidez quando consumida por pessoa ou animal.
Veterinária	Utilizadas como alimento ou medicamento para tratamento de enfermidades em animais domésticos.

Para identificar os sistemas corporais que apresentam maior nível de consenso da população, na indicação de uma mesma planta para o tratamento de uma categoria distinta de doença, foi utilizado o fator de consenso dos informantes (FCI) de Trotter & Logan (1986), cujo valor máximo de consenso é 1,00. Este método serve para identificar as espécies que merecem um estudo mais aprofundado, como fitoquímico, por exemplo, e para tanto se utiliza a fórmula:

$$FCI = \frac{NAR - NA}{NAR - 1},$$

onde: *FCI* = fator de consenso dos informantes; *NAR* = somatório de usos registrados por cada informante para uma categoria; *NA* = número de espécies indicadas na categoria.

Aplicou-se a análise de agrupamento tomando como variáveis o número de plantas citadas por cada informante, categorizadas conforme o uso, objetivando averiguar a formação de grupos de informantes que partilhem conhecimentos similares sobre o uso dos recursos vegetais. O dendrograma obtido seguiu as técnicas propostas por Höft *et al.* (1999), utilizando a distância euclidiana simples e o método de ligação simples, empregando o programa SYSTAT 8.0. O coeficiente de correlação cofenética – r_{cs} (Sneath & Sokal 1973) foi calculado pelo módulo Cluster do pacote de programas FITOPAC (Shepherd 1995).

Buscou-se comparar os resultados obtidos neste estudo com outros similares desenvolvidos em áreas de mata atlântica. Para tanto utilizou-se o índice de diversidade de Shannon (Magurran 1988), adaptado por Begossi (1996), para quem seu emprego permite comparar o uso de plantas por populações diferentes em ambientes distintos, o qual é assim obtido:

$$H' = -\sum_{i=1}^s (pi)(\log pi), \text{ nas bases } 10 \text{ e } e,$$

$$\text{e } pi = \frac{ni}{N}, \text{ onde:}$$

s = número de espécies; *ni* = número de citações por espécie; *N* = número total de citações.

Desenvolveu-se ainda, em dezembro de 2004, um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), reunindo cerca de 60 moradores, objetivando identificar as relações da comunidade entre si e com as instituições públicas, privadas e organizações diversas, seguindo as técnicas propostas por EMBRAPA (2004). Chambers (1982) define DRP como um termo empregado para designar um conjunto de métodos e abordagens que possibilitam às comunidades compartilhar e analisar sua percepção acerca de suas condições de vida, planejar e agir. Assim, inicialmente, buscou-se levantar a história da comunidade com informantes-chave. Junto com a comunidade estabeleceu-se uma escala de priorização dos problemas e identificação das soluções. Efetuou-se um calendário sazonal da distribuição do trabalho na agricultura e pecuária durante o ano. O uso do diagrama de "Venn" possibilitou identificar as instituições atuantes na área onde se verificou a importância de sua participação na comunidade. Os moradores realizaram croquis da área, onde a comunidade encontra-se estabelecida, identificando e classificando as formas de uso da terra.

O DRP objetivou ainda, através da rotina doméstica, avaliar as relações da comunidade com as plantas utilizadas. Em abril de 2005 foi implementada a restituição do DRP para que a comunidade GAV avaliasse e consolidasse os resultados obtidos pela equipe do JBRJ.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das entrevistas com os informantes obteve-se 549 citações de uso de plantas representadas por 210 espécies, das quais 36 em morfo-espécie, subordinadas a 74 famílias (Tab. 2) das quais as de maior riqueza específica são: Asteraceae e Leguminosae (20 spp.), Lamiaceae (15 spp.), Euphorbiaceae (9 spp.), Myrtaceae e Poaceae (8 spp.). A família Asteraceae é também destacada como uma das maiores em número de espécies com algum

uso em autores como Amorozo (2002), Bennett & Prance (2000) e Williams *et al.* (2000).

As plantas ao serem agrupadas em nove categorias, segundo a sua utilização, revelaram um elevado número de táxons indicados como de uso medicinal (96 spp.) seguido do uso alimentar (59 spp.) (Fig. 2). Isso sugere a grande importância que as plantas medicinais, assim como as alimentares, exercem no cotidiano da comunidade. As plantas medicinais são cada vez mais empregadas na medicina popular e podem ter como condicionantes dessa realidade as dificuldades impostas, sobretudo às comunidades rurais, no que tange: à disponibilidade de um médico ou até mesmo de um agente de saúde para seu atendimento; à existência de um espaço físico, minimamente equipado, para os procedimentos diagnósticos; à facilidade de acesso, seja pela qualidade das estradas vicinais, seja pela disponibilidade de transporte coletivo; ao preço praticado dos medicamentos industrializados e à fragilidade do sistema governamental de farmácias públicas, entre muitos outros fatores.

O dendrograma produzido pela análise de agrupamento (Fig. 3) mostra um considerável ajuste à matriz de distâncias calculadas ($r_{cs} = 0,8624$). Observou-se a formação de dois grupos distintos: (1) O primeiro formado exclusivamente por mulheres e nele inserido devido ao elevado conhecimento acumulado sobre plantas de uso medicinal. Na comunidade as mulheres geralmente se ocupam, sobretudo, dos serviços domésticos e do manejo de pequenos animais. É delas, ainda, a preocupação com a saúde da família, para quem cultivam, colhem, preparam e ministram a planta medicinal aos seus membros; (2) O segundo grupo mostrou maior similaridade e é, caracteristicamente, misto, ou seja, é formado tanto por informantes homens quanto por mulheres, os quais citam um maior número de categorias de uso, porém um menor número de espécies. Neste grupo, em especial, encontram-se dois informantes do gênero masculino (H2 e H8) que se destacam dos demais no que tange ao conhecimento sobre plantas nativas da mata atlântica, sobretudo as

de porte arbóreo inseridas nas categorias de uso relativas à construção, combustível e tecnologia. Para Laraia (2002) o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado, o que explica em parte esse conhecimento, visto que estes dois informantes não só são os mais antigos residentes na comunidade como também os que tiveram maior proximidade com as atividades madeireiras ali estabelecidas nas décadas de 1970 e 1980.



Figura 2 - Distribuição do número de espécies indicadas em cada categoria de uso.

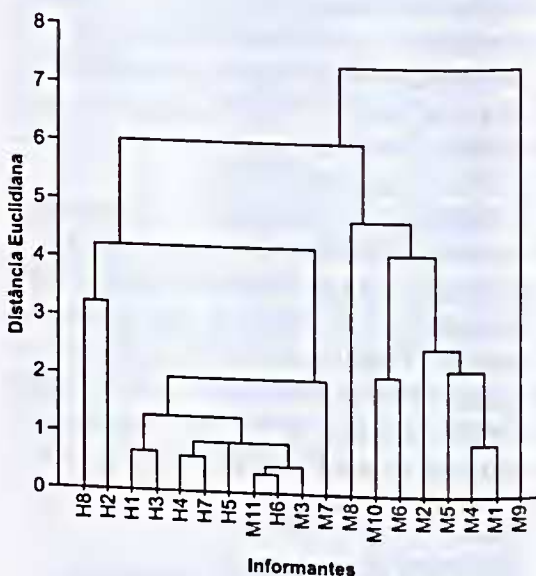


Figura 3 - Dendrograma elaborado a partir do número de espécies indicadas em cada categoria de uso por cada informante utilizando a distância euclidiana e o método de ligação simples. (M: mulher; H: homem).

As partes das plantas mais utilizadas foram: folha (48,5%), seguida por caule (24,5%), fruto (15,7%), flor (5,3%), semente (2,2%), planta inteira (1,9%), raiz (1,8%) e exsudado (0,1%). As formas de vida dominante são: herbácea e arbórea com 33% das espécies, cada uma, seguida por subarbutivo-arbustivo (30%) e trepadeira (4%) (Fig. 4).

Dentre as plantas, com alguma propriedade de uso na comunidade, cerca de 52% são cultivadas no quintal ou organizadas em pequenas hortas familiares, 29% são provenientes de áreas remanescentes de floresta, 11% crescem espontaneamente e 8% são adquiridas no comércio.

As plantas mais citadas pelos informantes foram: erva-cidreira (*Lippia alba*) e boldo (*Plectranthus barbatus*).

Obteve-se 115 indicações sobre o preparo das plantas de uso medicinal cujas formas mais citadas foram: por decoção (47%), infusão (13%) e xarope (19%) (Fig. 5).

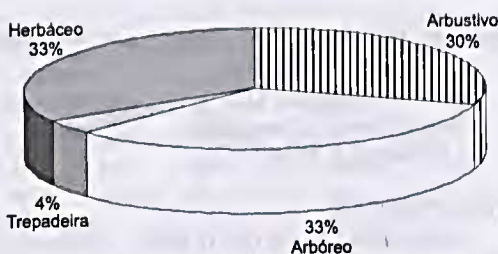


Figura 4 - Distribuição das formas de vida das espécies indicadas como úteis pelos informantes.

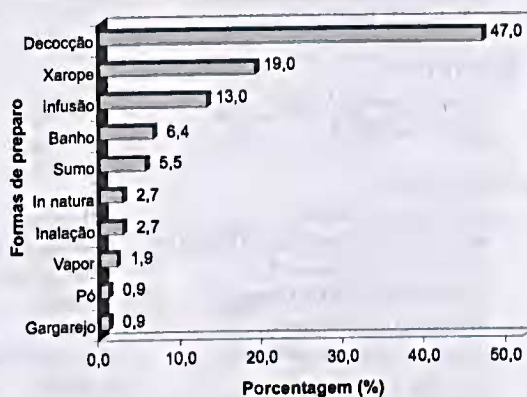


Figura 5 - Distribuição das formas de preparo das espécies indicadas como medicinais.

Tabela 2 - Relação de espécies referenciadas como úteis pela comunidade Gleba Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ.

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
ACANTHACEAE						
<i>Barleria</i> sp.	violeta	arb	cult	orn	fo, fl	257
<i>Pachystachys lutea</i> Nees	camarão	arb	cult	orn	fl	263
ALISMATACEAE						
<i>Echinodorus grandiflorus</i> (Cham. & Schldl.) Micheli	chapéu-de-couro	herb	cult	med	fo	238
AMARANTHACEAE						
<i>Puffia</i> sp.	novalgina	herb	cult	med	ca, fo	113
ANACARDIACEAE						
<i>Anacardium occidentale</i> L.	cajú	arb	cult	ali	fr	-
<i>Astronium graveolens</i> Jacq.	aroeirão	arv	nat	mad	ca	360
<i>Mangifera indica</i> L.	manga	arv	cult	ali	fr	128
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira	arb	nat	med	fo	179
<i>Spondias lutea</i> L.	cajá	arv	cult	ali	fr	-
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	canela-ccdro	arv	nat	eomb	ca	365
ANNONACEAE						
<i>Annona muricata</i> L.	graviola	arv	cult	ali, med	fo, fr	136
<i>Xylopia sericea</i> A. St.-Hil.	imbiú	arv	nat	cons	ca	319
APIACEAE						
<i>Daucus carota</i> L.	cenoura	herb	comp	ali	ra	-

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
<i>Eryngium foetidum</i> L.	coentro	herb	cult	ali	fo	258
<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	erva-doce	herb	cult	med	ca, fo	309
<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nyman ex A.W. Hill	salsa	herb	comp	ali	ca, fo	-
APOCYNACEAE						
<i>Catharanthus roseus</i> (L.) G. Don	boa-noite	herb	cult	orn	fl	-
ARACEAE						
<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott & Endl.	taioaba	herb	cult	ali, med	fo	-
ARECACEAE						
<i>Attalea humilis</i> Mart.	pindoba	arb	nat	cons	ra	339
<i>Cocos nucifera</i> L.	coco	arb	cult	ali	fo	-
ASTERACEAE						
<i>Achillea millefolium</i> L.	mil-folhas	herb	cult	med	ca, fo	229
<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	marcela-do-campo	herb	esp	med	ca, fo	163
<i>Agcratum conyzoides</i> L.	erva-de-São-João	arb	cult	med	fo	231
<i>Arctium minus</i> (Hill) Bernh.	bardana	arb	cult	med	fo	73
<i>Artemisia absinthium</i> L.	losna	arb	cult	med	fo	40
<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	alecrim-do-campo	arb	esp	rit	fo	341
<i>B. triinera</i> (Less.) DC.	carqueja	herb	cult	med	fo	176
<i>Bidens pilosa</i> L.	picão	herb	esp	med	int	164
<i>B. sulphurea</i> (Cav.) Sch. Bip.	picão-grande	herb	cult	orn	fl	255
<i>Cichorium intybus</i> L.	almeirão	herb	cult	ali	fo	156
<i>Coreopsis grandiflora</i> Hogg ex Sweet	camomila	herb	cult	med	ca, fo	55
<i>Elephantopus mollis</i> Kunth	erva-grossa	herb	esp	vet	fo	149
<i>Lactuca sativa</i> L.	alface	herb	comp	ali	fo	-
<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	guaco	trep	cult	med	ca, fo	119
<i>Solidago chilensis</i> Meyen	amica	herb	cult	med	fo	246
<i>Tagetes crecta</i> L.	cravo-de-defunto	herb	cult	med	fo, fl	84
<i>Vernonia condensata</i> Baker	boldo-do-chile	arb	cult	med	fo	177
<i>V. discolor</i> (Spreng.) Less.	camará	arb	nat	comb	ca	316
<i>V. polyanthes</i> Less.	assa-peixe	arb	cult	med	fo	159
<i>V. scorpioides</i> (Lam.) Pers.	erva-preá	herb	esp	med	ca, fo	336
BEGONIACEAE						
<i>Begonia semperflorens</i> Link & Otto	begônia	herb	cult	orn	fo, fl	261
BIGNONIACEAE						
<i>Jacaranda puberula</i> Cham.	carobinha	arb	nat	med	fo	180
<i>Sparattosperma leucauthum</i> (Vell.) K. Schum.	cinco-folhas	arb	nat	comb	ca	-
<i>Tabebuia cassinoides</i> (Lam.) DC.	pau-tamanco	arb	nat	tec	ca	-
<i>T. umbellata</i> (Sond.) Sandwith	ipê-amarelo	arb	nat	orn	fl	331
BIXACEAE						
<i>Bixa orcllana</i> L.	orucum	arb	cult	ali, med	fo, se	234
BOMBACACEAE						
<i>Bombacopsis glabra</i> (Pasquale) Robyns	castanheira	arb	nat	orn	fl	355
BORAGINACEAE						
<i>Cordia</i> sp.	baleeira	arb	esp	med	fo	286
<i>Symphytum officinale</i> L.	confrei	herb	cult	med	fo	118

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
BRASSICACEAE						
<i>Brassica nigra</i> (L.) W.D.J. Koch	mostarda	herb	comp	ali	fo	-
<i>B. oleracea</i> L.	couve	herb	cult	ali, med	fo	-
<i>Lepidium virginicum</i> L.	mastruço	herb	esp	med	ca, fo	335
<i>Nasturtium officinale</i> R. Br.	agrião	herb	comp	ali	fo	-
BROMELIACEAE						
<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	abacaxi	herb	comp	ali	fr	-
CAPRIFOLIACEAE						
<i>Sambucus nigra</i> L.	sabugueiro	arb	cult	med	ca, fo	72
CARICACEAE						
<i>Carica papaya</i> L.	mamão	arb	cult	ali, med	fl, fr	-
<i>Jacaratia spinosa</i> (Aubl.) A. DC.	mamão-jacatiá	arv	nat	ali	ca	354
CECROPIACEAE						
<i>Cecropia glaziovii</i> Snelthage	embaúba-roxa	arv	nat	med	fo, fr	145
CELASTRACEAE						
<i>Maytenus ilicifolia</i> (Schrad.) Planch.	espinheira-santa-da-horta	arb	comp	med	fo	-
CHENOPODIACEAE						
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	erva-de-Santa-Maria	herb	cult	med	ca, fo	62
CHRYSOBALANACEAE						
<i>Chrysobalanus icaco</i> L.	bajurú	arb	cult	ali, med	fo, fr	68
CLUSIACEAE						
<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess.	guanandí	arv	nat	cons	ca	314
COMBRETACEAE						
<i>Terminalia catappa</i> L.	amendocira	arv	cult	med	fo	139
COMMELINACEAE						
<i>Callisia</i> sp.	trança-de-cigano	herb	cult	orn	ca, fo	265
CONVOLVULACEAE						
<i>Cuscuta</i> sp.	cipó-chumbo	trep	esp	med	ca, fo	347
CRASSULACEAE						
<i>Kalanchoe brasiliensis</i> Cambess.	saião	herb	cult	med	fo	247
CUCURBITACEAE						
<i>Cucumis anguria</i> L.	maxixe	trep	comp	ali	fr	-
<i>Momordica charantia</i> L.	melão-de-São-Cactano	trep	esp	tox	fr	182
DAVALLIACEAE						
<i>Davallia</i> sp.	samambaia	herb	cult	orn	fo	-
DIOSCORIACEAE						
<i>Dioscorea</i> sp.	inhame	herb	comp	ali	ra	-
EQUISETACEAE						
<i>Equisetum hyemale</i> L.	cavalinha	herb	cult	med	fo	107

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
EUPHORBIACEAE						
<i>Acalypha communis</i> Müll. Arg.	parietália	arb	cult	med	fo	174
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll. Arg.	tapiá	arv	nat	tec	ca	361
<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) A. Juss.	brasileirinho	arb	cult	orn	fo	260
<i>Euphorbia</i> sp.	quebra-pedra	herb	esp	med	int	251
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	pinhão-roxo	arb	cult	med	fo	58
<i>Manihot esculenta</i> Crantz	mandioca	arb	cult	ali, med	ra, fo	-
<i>Phyllanthus niruri</i> L.	quebra-pedra	herb	esp	med	int	344
<i>Ricinus communis</i> L.	mamona	arb	esp	med	se	343
<i>Senefeldera multiflora</i> Mart.	sucanga	arv	nat	cons	ca	268
LAMIACEAE						
<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	cordão-de-frade	arb	cult	me	int	87
<i>Leonurus sibiricus</i> L.	erva-macacé	herb	cult	me	fo	253
<i>Mentha pulegium</i> L.	poejo	herb	cult	me	ca, fo	121
<i>Mentha</i> sp.	hortelã-prcta	herb	cult	me	fo	150
<i>Ocimum basilicum</i> L.	manjeriçã	arb	cult	ali, med	fo	124
<i>O. gratissimum</i> L.	alfavaca	arb	cult	med	fo	122
<i>Ocimum</i> sp. 1	alfavacão	arb	cult	med	ca, fo	153
<i>Ocimum</i> sp. 2.	elichir	arb	cult	med	fo	123
<i>Origanum vulgare</i> L.	orégano	herb	cult	ali	fo	-
<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	hortelã-pimenta	arb	cult	ali, med	fo	63
<i>P. barbatus</i> Andrews	boldo	arb	cult	med	ca, fo	44
<i>P. grandis</i> (Cramer) R. Willcmse	alcachofra	arb	cult	med	fo	240
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	alecrim	herb	cult	med	ca, fo	79
<i>Salvia splendens</i> Ker Gawl.	Maria-sapeca	arb	cult	orn	fl	254
<i>Lamiaceae</i> sp.	vick	herb	cult	med	fo	245
LAURACEAE						
<i>Aniba firmula</i> (Nees & C. Mart.) Mez	canela-cheirosa	arv	nat	cons	ca	277
<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees & Mart.	canela	arv	nat	cons	ca	363
<i>N. puberula</i> (Schott) Nees	canela	arv	nat	cons	ca	318
<i>Ocotea</i> sp.	canela	arv	nat	cons	ca	269
<i>Persea americana</i> Mill.	abacate	arv	cult	ali	fr	134
LECYTHIDACEAE						
<i>Cariniana legalis</i> (Mart.) Kuntze	jequitibá	arv	nat	cons	ca	-
LEGUMINOSAE						
CAESALPINOIDEAE						
<i>Bauhinia radiata</i> Vell.	pata-de-vaca	trep	cult	med	fo	42
<i>Chamaecrista ensiformis</i> (Vell.) H.S. Irwin & Barneby	oiti	arv	nat	cons	ca	271
<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	copaíba	arv	nat	med	ex	366
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	jatobá	arv	nat	cons	ca	-
<i>Senna alata</i> (L.) Roxb.	tiririqui	arb	esp	ali	se	345
MIMOSOIDEAE						
<i>Balizia pedicellaris</i> (DC.) Barneby & J.W. Grimes	cambuí-branco	arv	nat	cons	ca	328
<i>Inga</i> sp. 1	ingá	arv	nat	ali	fr	351
<i>Inga</i> sp. 2	ingá	arv	nat	ali	fr	353
<i>Inga</i> sp. 3	ingá	arv	nat	ali	fr	356
<i>Mimosa pudica</i> L.	dormideira	herb	esp	med	ca, fo	337
<i>Piptadenia gonoacantha</i>	pau-jacaré	arv	nat	comb	ca	364

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
(Mart.) J.F. Macbr.						
<i>P. paniculata</i> Benth.	angieão	arv	nat	eons	ca	329
<i>Plathymenia foliolosa</i> Benth.	vinhático	arv	nat	eons	ca	317
<i>Pseudopiptadenia contorta</i> (DC.) G.P. Lewis & M.P. Lima	angieo-preto	arv	nat	eons	ca	266
PAPILIONOIDEAE						
<i>Cajanus cajan</i> (L.) Millsp.	feijão-guandu	arb	eult	ali	se	170
<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemao ex Benth.	jaearandá	arv	nat	eons	ca	332
<i>Desmodium</i> sp.	pieo-de-amor	herb	esp	med	ca, fo	338
<i>Machiocrum nycitans</i> (Vell.) Benth.	guaxumbé	arv	nat	comb	ca	333
<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	feijão	herb	eult	ali	se	-
<i>Lcguminosae</i> sp.	mal-casado	arv	nat	comb	ca	312
LILIACEAE						
<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	babosa	herb	eult	med	fo	300
<i>Allium fistulosum</i> L.	cebola-gigante	herb	eult	ali	fo	162
<i>A. sativum</i> L.	alho	herb	comp	ali	ca	-
LYTHRACEAE						
<i>Cuphea cartlagensis</i> (Jacq.) J.F. Maehr.	sete-sangrias	herb	cult	med	fo	91
MALPIGHIACEAE						
<i>Malpighia glabra</i> L.	acerola	arb	eult	ali, med	fr	132
MALVACEAE						
<i>Gossypium hirsutum</i> L.	algodoeiro	arb	cult	med	fo	46
<i>Hibiscus esculentus</i> L.	quiabo	arb	comp	ali	fr	-
MELASTOMATACEAE						
<i>Miconia cinuamoniifolia</i> (DC.) Naudin	jaeatirão	arv	nat	eons	ca	274
<i>M. lepidota</i> Sehrank & Mart. ex DC.	mirindiba	arv	nat	comb	ca	278
<i>Tibouchina</i> cf. <i>heteromalla</i> Cogn.	quaresma	arb	nat	orn	fl	183
<i>T. granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	arv	nat	orn	fl	330
MELIACEAE						
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	cedro-rosa	arv	nat	tec	ca	283
<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer	carrapeta	arv	nat	tox	fr	349
MONIMIACEAE						
<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.	fedegoso	arv	nat	comb	ca	359
MORACEAE						
<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaea-manteiga	arv	cult	ali	fr	137
<i>Ficus cariea</i> L.	figo	arb	cult	ali, med	fo, fr	148
<i>Morus nigra</i> L.	amora	arb	cult	ali, med	fo, fr	249
<i>Sorocea guillemianiana</i> Gaudiech.	espinheira-santa	arv	nat	med	fo	280
MUSACEAE						
<i>Musa x paradisiaca</i> L.	banana	herb	cult	ali	fr	-
MYRISTICACEAE						
<i>Virola gardneri</i> (A. DC.) Warb.	imbiú-preto	arv	nat	comb	ca	273
<i>V. oleifera</i> (Schott) A.C. Sm.	bicuíbuçú	arv	nat	comb	ca	267

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
MYRSINACEAE						
<i>Rapanea ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Mez	capororoca	arb	nat	comb	ca	357
MYRTACEAE						
<i>Eucaliptus</i> sp.	eucalipto	arb	cult	med	fo	67
<i>Eugenia uniflora</i> L.	pitanga	arb	cult	ali, med	fo, fr	151
<i>Myrciaria cauliflora</i> (Mart.) O. Berg	jabuticaba	arb	cult	ali, med	fo, fr	135
<i>M. floribunda</i> (H. West ex Willd.) O. Berg	goiabeira-do-mato	arb	nat	comb	ca	275
<i>M. glomerata</i> O. Berg	goaquica	arb	cult	ali	fr	340
<i>Psidium guajava</i> L.	goiabeira	arb	cult	ali	fr	169
<i>Syzygium aromaticum</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	cravo-da-índia	arb	comp	ali	fl	-
<i>S. cumini</i> (L.) Skeels	jamelão	arb	cult	ali, med	fo, fr	288
OLEACEAE						
<i>Jasminum</i> sp.	jamim	arb	cult	orn	fl	262
OXALIDACEAE						
<i>Averrhoa carambola</i> L.	carambola	arb	cult	ali, med	fo, fl	178
PAPAVERACEAE						
<i>Argemone mexicana</i> L.	cardo-santo	herb	cult	med	fo	228
PASSIFLORACEAE						
<i>Passiflora edulis</i> Sims	maracujá	trep	comp	ali	fr	-
PHYTOLACCACEAE						
<i>Petiveria alliacea</i> L.	guiné-piu-piu	herb	cult	tit	fo	-
PIPERACEAE						
<i>Piper mollicomum</i> Kunth	jaborandi	arb	esp	med	fo	152
<i>Pothomorphe umbellata</i> (L.) Miq.	capeba	arb	cult	med	fo	306
PLANTAGINACEAE						
<i>Plantago major</i> L.	tanchagem	herb	cult	med	fo	175
POACEAE						
<i>Coix lacryma-jobi</i> L.	lágrima-de-Nossa-Senhora	herb	cult	med	fo	307
<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	capim-cidreira	herb	cult	med	fo	36
<i>Eleusine indica</i> (L.) Gaertn.	capim-pé-de-galinha	herb	esp	med	int	181
<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.	capim-gordura	herb	cult	med	ca, fo	-
<i>Oryza sativa</i> L.	arroz	herb	comp	ali	se	-
<i>Phalaris canariensis</i> L.	alpiste	herb	comp	vet	se	-
<i>Saccharum officinarum</i> L.	cana-de-açúcar	herb	cult	ali	ca	-
<i>Zea mays</i> L.	milho	herb	cult	med	fl	-
POLYGONACEAE						
<i>Polygonum hydropiperoides</i> Michx.	erva-de-bicho	herb	cult	med	fo	237
PUNICACEAE						
<i>Punica granatum</i> L.	romã	arb	cult	med	fr	129
ROSACEAE						
<i>Rosa</i> sp.	rosa-branca	arb	cult	orn	fl	256

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
RUBIACEAE						
<i>Coffea arabica</i> L.	café	arb	cult	ali	se	172
<i>Genipa americana</i> L.	genipapo	arv	nat	ali	fr	362
RUTACEAE						
<i>Citrus aurantium</i> L.	laranja-pêra	arv	cult	ali	fr	127
<i>C. limon</i> (L.) Burm. f.	limão	arb	cult	ali	fr	-
<i>C. medica</i> var. <i>limon</i> L.	limão-galego	arv	cult	ali	fr	133
<i>C. reticulata</i> Blanco	mexirica	arb	cult	ali	fr	-
<i>Ruta graveolens</i> L.	arruda	herb	cult	rit	ca, fo	173
SAPINDACEAE						
<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.	amboatá	arv	nat	comb	ca	327
SAPOTACEAE						
<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart.	acá	arv	nat	comb	ca	276
<i>Pouteria cainito</i> (Ruiz & Pav.) Radlk.	abiu	arv	cult	ali	fr	168
SAXIFRAGACEAE						
<i>Hydrangea macrophylla</i> (Thunb.) Ser.	hortência	arb	cult	orn	fl	115
SCHIZAEACEAE						
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	samambaia-do-mato	trep	nat	med	fo	184
SIMAROUBACEAE						
<i>Picramnia ciliata</i> Mart.	pau-perceira	arv	nat	med	ca	272
SOLANACEAE						
<i>Brunfelsia uniflora</i> (Pohl) D. Don	manacá	arb	nat	orn	fl	-
<i>Capsicum baccatum</i> L.	pimenta	arb	cult	ali	fr	171
<i>Solanum cernuum</i> Vell.	panacéia	arb	cult	med	fo	34
<i>S. paniculatum</i> L.	jurubeba	arb	esp	med	fo	-
<i>S. tuberosum</i> L.	batata	arb	comp	ali	ca	-
TURNERACEAE						
<i>Turnera ulmifolia</i> L.	vassourinha	arb	csp	orn	fl	342
ULMACEAE						
<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	crandiúba	arv	nat	comb	ca	313
URTICACEAE						
<i>Urtica</i> sp.	urtiga-branca	herb	esp	med	fo	232
VERBENACEAE						
<i>Aloysia gratissima</i> (Gillies & Hook.) Tronc.	alfazema	arb	cult	me	fo	59
<i>Clerodendron</i> sp.	coração-de-Jesus	trep	cult	orn	fl	264
<i>Lantana camara</i> L.	bem-me-quer	herb	csp	med	fo, fl	287
<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E. Br.	erva-cidreira	arb	cult	med	ca, fo	157
<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	gervão-roxo	herb	cult	med	int	167
VOCHYSIACEAE						
<i>Vochysia</i> sp.	tarumã	arv	nat	comb	ca	321
ZINGIBERACEAE						
<i>Costus spiralis</i> (Jacq.) Roscoe	cana-do-brejo	herb	cult	med	fo	236
<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	gingibre	herb	cult	med	ra	103

Família / espécie	Nome local	Hab	Hat	Uso	Parte usada	Núm col.
INDETERMINADAS						
sp. indet. 1	anador	arb	esp	med	fo	334
sp. indet. 2	araribá-rosa	arv	nat	cons	ca	284
sp. indet. 3	arnica-do-campo	herb	esp	med	fo	165
sp. indet. 4	bacubichá	arv	nat	comb	ca	279
sp. indet. 5	bico-de-papagaio	arv	nat	cons	ca	324
sp. indet. 6	canema	arv	nat	comb	ca	350
sp. indet. 7	gameleira	arv	nat	cons	ca	325
sp. indet. 8	maria-nera	arb	cult	ali	fr	166
sp. indet. 9	milho-cozido	arv	nat	comb	ca	270
sp. indet. 10	mirindiba-ipê	arv	nat	cons	ca	282
sp. indet. 11	pronto-alívio	herb	esp	med	fo	241

Hab - hábito: arb - arbustivo; arv - arbóreo; herb - herbáceo; trep - trepadeira. Hat - habitat: cult - cultivada; comp - comprada; nat - nativa; esp - espontânea. Uso: ali - alimentar; comb - combustível; cons - construção; med - medicinal; orn - ornamental; rit - ritualística; tec - tecnológica; tox - tóxica; vet - veterinária. Parte usada: ra - raiz; ca - caule; fo - folha; fl - flor; fr - fruto; se - semente; ex - exsudado; int - planta inteira. Núm. col. - número de coleta de A.G. Christo.

Tabela 3 - Índice de importância relativa (IR) das espécies indicadas como medicinais na comunidade Gleba Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ.

IR	Espécies
2,00	<i>Aloe vera</i>
1,37	<i>Leonurus sibiricus</i>
1,03	<i>Baccharis trimera</i> , <i>Eugenia uniflora</i> , <i>Stachytarpheta cayennensis</i>
0,97	<i>Mentha pulegium</i>
0,83	<i>Solanum paniculatum</i>
0,69	<i>Averrhoa caraubola</i> , <i>Bidens pilosa</i> , <i>Coreopsis grandiflora</i> , <i>Cuscuta</i> sp., <i>Cymbopogon citratus</i> , <i>Echinodorus gaudiflorus</i> , <i>Jatropha gossypifolia</i> , <i>Kalanchoe brasiliensis</i> , <i>Leonotis nepetifolia</i> , <i>Mentha</i> sp., <i>Morus nigra</i> , <i>Myrciaria cauliflora</i> , <i>Ocimum basilicum</i> , <i>Ocimum gratissimum</i> , <i>Ocimum</i> sp. 1, <i>Pfaffia</i> sp., <i>Plectranthus grandis</i> , <i>Rosmarinus officinalis</i> , <i>Syuphytum officinale</i>
0,49	<i>Achillea millefolium</i> , <i>Ageratum couyzoides</i> , <i>Amoua inuricata</i> , <i>Artemisia absinthium</i> , <i>Eucaliptus</i> sp., <i>Lamiaceae</i> sp., <i>Lantana camara</i> , <i>Lepidium virginicum</i> , <i>Maytenus ilicifolia</i> , <i>Mikania glomerata</i> , <i>Piper mollicomum</i> , <i>Plectranthusamboinicus</i> , <i>Vernouia polyanthes</i> , <i>Zingiber officinale</i>
0,34	<i>Acalypha communis</i> , <i>Achyrocline satureioides</i> , <i>Aloysia gratissima</i> , <i>Arctium minus</i> , <i>Argemone mexicana</i> , <i>Bauhinia radiata</i> , <i>Bixa orellana</i> , <i>Brassica oleracea</i> , <i>Carica papaya</i> , <i>Cecropia glaziovii</i> , <i>Chenopodium ambrosioides</i> , <i>Chrysobalanus icaco</i> , <i>Coix lacryma-jobi</i> , <i>Copaifera laugsdorffii</i> , <i>Cordia</i> sp., <i>Costus spiralis</i> , <i>Cuphea carthagenensis</i> , <i>Desmodium</i> sp., <i>Eleusine hirsutum</i> , sp. indet. 1, sp. indet. 3, sp. indet. 11, <i>Jacaranda puberula</i> , <i>Lippia alba</i> , <i>Lygodium volubile</i> , <i>Malpighia glabra</i> , <i>Manihot esculenta</i> , <i>Melinis minutiflora</i> , <i>Mimosa pudica</i> , <i>Ocimum</i> sp. 2, <i>Phyllanthus niruri</i> , <i>Picramnia ciliata</i> , <i>Plantago major</i> , <i>Plectranthus barbatus</i> , <i>Polygonum hydropteroides</i> , <i>Pothomorphe umbellata</i> , <i>Punica granatum</i> , <i>Ricinus communis</i> , <i>Sambucus nigra</i> , <i>Schinus terebinthifolius</i> , <i>Solanum cernuum</i> , <i>Solidago chilensis</i> , <i>Sorocea guilleminiana</i> , <i>Syzygium cumini</i> , <i>Tagetes erecta</i> , <i>Terminalia catappa</i> , <i>Urtica</i> sp., <i>Vernouia coudensata</i> , <i>Vernouia scorpioides</i> , <i>Xanthosoma sagittifolium</i> , <i>Zea mays</i>

A comercialização de plantas medicinais não é praticada entre os entrevistados, as quais são trocadas ou, simplesmente, coletadas na casa do vizinho. A compra de plantas no comércio da cidade mais próxima (Casimiro de Abreu) restringe-se, apenas, às de uso alimentar, que podem ser também, às vezes, cultivadas pela comunidade.

O extrativismo seletivo de uma determinada espécie para a comercialização pode trazer prejuízos à sua população, como ocorreu com o jaborandí (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Wardleworth) no estado do Maranhão. Sua exploração comercial pela indústria farmacêutica não retornou como benefício à comunidade detentora do conhecimento tradicional sobre seu uso e, ainda, contribuiu para incluir este recurso vegetal na lista da flora brasileira em perigo de extinção (Pinheiro 2002). Atualmente, o extrativismo seletivo de plantas medicinais não é observado na comunidade estudada e restringe-se, tão-somente, a coletas eventuais, decorrentes de uma demanda específica.

Observou-se, com o uso do índice de importância relativa, que cinco espécies

apresentam IR maior que 1,00 e foram indicadas para o tratamento de até cinco categorias de doença (Tab. 3). As plantas medicinais utilizadas na comunidade GAV apresentam IR semelhante ao obtido no estudo realizado na feira de Caruaru, estado de Pernambuco, por Almeida & Albuquerque (2002), que apresentou nove espécies com IR > 1,00 para o tratamento de até oito categorias de doença.

As categorias de doença com maiores consensos entre os informantes da comunidade foram: doenças infecciosas e parasitárias (FCI = 0,66), seguido por transtornos do sistema nervoso e transtornos do sistema respiratório com FCI = 0,65 cada (Tab. 4).

Os dados revelam que 71,9% das espécies, com alguma propriedade medicinal, são cultivadas e destinadas para consumo do núcleo familiar ou da vizinhança. O cultivo nos quintais e entorno das moradias é, notadamente, resultante da comodidade que ele representa, em razão das dificuldades de deslocamento dos moradores, tanto para áreas mais distantes de vegetação nativa – onde poderiam extrair, em diminuta escala, espécies nativas para

Tabela 4 - Fator de consenso dos informantes (FCI) da comunidade Gleba Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ.

Categorias de doenças ¹	NAR	NA	FCI
doenças infecciosas e parasitárias	30	11	0,66
transtornos do sistema nervoso	35	13	0,65
transtornos do sistema respiratório	61	22	0,65
viroses	29	11	0,64
doenças da pele e do tecido celular sub-cutâneo	29	12	0,61
afecções e dores não definidas	21	9	0,60
transtornos do sistema digestivo	44	21	0,53
transtornos do sistema genito-urinário	26	13	0,52
doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo	17	11	0,38
transtornos do sistema circulatório	10	7	0,33
doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	8	6	0,29
doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos	7	6	0,17
neoplasias	2	2	0,00
transtornos do sistema sensorial (ouvido)	2	2	0,00
transtornos do sistema sensorial (olho)	2	2	0,00
mordida de bicho docete	2	2	0,00

¹ Categorias de doenças seguindo classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), obtida em Almeida e Albuquerque (2002). NAR: somatório de usos registrados por cada informante na categoria; NA: número de espécies indicadas na categoria.

supressão de demandas eventuais – como para a própria cidade de Casimiro de Abreu, onde poderiam adquirir-las na horta medicinal comunitária mantida pela Prefeitura. Considerando que a comunidade situa-se em área de domínio de Floresta Atlântica, cuja diversidade de espécies e potencialidades de uso são elevadas, este resultado torna-se preocupante, à medida que a valorização dos recursos da flora nativa perde importância, em detrimento do uso de espécies cultivadas, muitas vezes já beneficiadas. Harris (1969 *apud* Laraia 2002) considera que uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento, sendo assim a degradação do ambiente, assim como a migração de populações rurais para os grandes centros urbanos, como se deu nessa região, pode ter contribuído para a perda do conhecimento tradicional sobre as espécies locais. O mesmo foi observado por Amorozo (2002) que justifica que esse fato se deve à diminuição das populações de espécies, seja pela destruição dos habitats (para a formação de pastagens ou uso urbano), seja pela inacessibilidade (em razão de apropriação e cercamento das terras, onde ocorrem as espécies, por indivíduos estranhos à comunidade). Laraia (2002) destaca que existem dois tipos de mudanças culturais: uma que é interna – resultante da dinâmica do próprio sistema cultural – e a segunda que é o resultado do contato entre sistemas culturais distintos. No caso da comunidade de GAV, esta alteração pode ter sido motivada pela facilidade de acesso aos meios de comunicação – principalmente a televisão que, através de programas de cunho informativo, acabam por influenciar nos padrões culturais, ao divulgarem, p. ex. as propriedades farmacológicas de uma determinada planta, mesmo que de outro país – e pela chegada de moradores oriundos de outras áreas para a comunidade, como também verificado por Amorozo (2002), no estado do Mato Grosso. Este mesmo autor destaca que a alteração antrópica, ocasionada por mudanças nos padrões de uso local, dos ambientes naturais onde crescem muitas das

espécies medicinais, irá, em médio prazo, acarretar uma diminuição na disponibilidade e no uso de plantas nativas e espontâneas para estes fins. Isso reforça a necessidade de programas de educação ambiental e valorização do conhecimento acerca da flora nativa nas comunidades rurais, principalmente as que estão localizadas nas margens de Unidades de Conservação ajudando, assim, na conservação desses remanescentes florestais.

As plantas cultivadas, de propriedade alimentar, representam uma fonte de renda e são comercializadas em feiras livres, como p. ex. no município de Casimiro de Abreu, RJ, com destaque para a produção de mandioca, vendida *in natura* ou na forma de farinha, polvilho ou beiju, beneficiados no próprio sítio, em pequenas casas de farinha.

O cultivo da banana foi, no passado, também muito importante na economia local, e teve seu papel diminuído depois que a empresa que beneficiava a fruta suspendeu a compra do produto dos agricultores. Hoje, não tendo a quem vender a produção, os bananais foram praticamente abandonados pelos agricultores.

Outras culturas anuais são também mantidas, porém em menor escala, como: inhame, quiabo (*Hibiscus esculentus*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e milho.

Duas espécies são indicadas pelos informantes como tóxicas: o melão-de-são-caetano (*Momordica charantia*) e a carrapeta (*Guarea guidonia*), embora, ambas, sejam consideradas como medicinais (v. Lorenzi & Matos 2002).

Os moradores de GAV dedicam parte do seu tempo à criação de pequenos animais, como frangos para produção de ovos e carne e, ainda, bovinos para leite e corte. Algumas patologias ocorrentes nessas criações são também tratadas com plantas, como exemplificam com o uso do sumo obtido das folhas e frutos da carrapeta contra os piolhos que infestam o ninho de frangos, assim como também, erva-macaé (*Leonurus sibiricus*) e erva-grossa (*Elephantopus mollis*) para o tratamento de diarreias em bovinos e eqüinos.

No cotidiano da comunidade, a ornamentação das casas e jardins é ocupação destinada às mulheres, sendo comum o cultivo de plantas ornamentais no quintal. A maioria das plantas é exótica, como p. ex: amarelo (*Pachystachys lutea*), rosa-branca (*Rosa* sp.), begônia (*Begonia semperflorens*), excetuando-se dentre elas o manacá (*Brunfelsia uniflora*).

A flora local é, também, aproveitada para a ornamentação dos quintais e sítios e dentre as mais comuns encontram-se a quaresmeira (*Tibouchina granulosa*) e o ipê-amarelo (*Tabebuia umbellata*), espécies típicas e abundantes na região.

As plantas coletadas na Floresta Atlântica, em geral, são aquelas apropriadas à utilização como madeira para construção de telhado de residências ou de abrigo para animais. Outras, no entanto, são utilizadas como lenha para os fogões: o típico jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), o cambotá (*Cupania oblongifolia*) e a amaralá (*Vernonia discolor*), muito abundantes na região, sobretudo na Rebio, em suas áreas antropizadas.

As casas dos moradores das antigas fazendas, onde hoje se encontra a Rebio, eram chamadas de "pau-a-pique" ou "estuque". Para a confecção de suas paredes, era utilizado o bambu (*Bambusa* sp.), em estruturas entrecruzadas, revestidas com barro, enquanto para a construção do telhado usava-se: o jacatirão como esteio e a folha da pindoba (*Attalea humilis*) como revestimento.

As árvores, quando empregadas na construção, são cortadas somente na lua nova, o que, de acordo com os informantes, previne a entrada de insetos e, por conseguinte, aumenta a durabilidade do manufaturado.

Outras espécies são utilizadas na confecção de cabos de ferramentas e utensílios domésticos como, por exemplo: o imbiú (*Xylopia sericea*), a canela-cheirosa (*Aniba firmula*) e a canela-jacú (*Nectandra oppositifolia*). O pau-tamaneio, no entanto, era utilizado para confeccionar pequenos artesanatos e brinquedos, mas o intenso extrativismo seletivo sobre esta espécie, no

passado, reduziu bastante sua população. Nenhum indivíduo foi encontrado, durante os trabalhos de campo, na área estudada, porém algumas populações continuam conservadas *in situ* nos limites da Rebio.

Vale destacar que, além do pau-tamaneio, o pau-perceira (*Picramnia ciliata*) sofreu, igualmente, forte extrativismo, do qual utiliza-se a casea, tanto para a fabricação de bebida, misturando-a à caseaça, como para uso medicinal, na forma de infusão, no combate à febre.

Há também uma espécie de árvore, que os moradores reconhecem como espinheira-santa (*Sorocea guillemianiana*), diferente, porém, de *Maytenus ilicifolia*, também conhecida como espinheira-santa (de forma mais ampla), cujas propriedades farmacológicas já foram reconhecidas. O uso atribuído à primeira espécie é o mesmo: tratamento de afecções do sistema digestivo, embora tal propriedade de uso não tenha sido encontrada na literatura especializada, até o presente, consultada.

A diversidade de espécies expressa através do índice de Shannon (H'), adaptado por Begossi (1996), tem sido utilizado em comparações de estudos etnobotânicos realizados no Brasil, alguns dos quais analisados neste trabalho, os quais encontram-se sumarizados na Tabela 5.

No estado do Rio de Janeiro, em um estudo realizado em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, Fonseca-Kruel & Peixoto (2004), obtiveram 68 espécies das 444 citações de uso de plantas. Figueiredo *et al.* (1997), por sua vez, ao estudarem a diversidade de espécies indicadas como úteis por uma comunidade situada na Baía de Sepetiba, encontraram 75 espécies entrevistando 42 informantes enquanto que, em Gamboa, Ilha de Itacuruçá, Figueiredo *et al.* (1993) obtiveram 558 citações de uso de plantas correspondendo 90 espécies vegetais.

Em estudo realizado em Ponta do Almada e Praia de Camburí (SP) por Hanazaki *et al.* (2000), os autores obtiveram 152 e 162 espécies úteis utilizadas, respectivamente, pelas comunidades. Outro estudo, realizado com cinco comunidades caiçaras, todas em São Paulo, por Rossato *et al.* (1999) que estudaram o uso de

plantas e utilizaram a teoria de biogeografia de ilhas para analisar os dados, o número de espécies apreendidas variou de 57 a 216.

No Paraná, Lima *et al.* (2000) catalogaram uma diversidade de 445 plantas em entrevistas realizadas com 90 informantes na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

O índice de Shannon (H') obtido neste estudo foi de 2,20 (base 10) e 5,07 (base e) (Tab. 5), indicando que a comunidade GAV detem um bom conhecimento sobre o uso de recursos vegetais. Quando estes índices são comparados aos demais das 11 comunidades anteriormente citadas, a comunidade GAV situa-se em segundo lugar, no que tange a este parâmetro.

Baseando-se nos dados coligidos através do DRP e a partir das entrevistas realizadas, observa-se que na comunidade de GAV quando os filhos se casam constroem suas moradias no mesmo lote dos pais, passando a compartilhar da renda gerada pela agricultura e/ou pecuária proveniente do uso da terra. Os adultos jovens buscam trabalho fora da comunidade, geralmente no município de Casimiro de Abreu, no setor do comércio ou em serviços domésticos, este último especificamente para as mulheres.

Os entrevistados, cuja principal ocupação é a atividade rural, possuem renda mensal não

superior a dois salários mínimos, sendo a maioria contemplada com apenas um salário.

O trabalho de conservação do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia* Lesson) através de ONG, assim como o programa "Prev-Fogo" do IBAMA, abrem possibilidades de financiamentos na área ambiental da região além de postos de trabalho para os residentes das comunidades do entorno.

Segundo Silva (2002) a gestão das pequenas e médias propriedades agropecuárias está se individualizando, no sentido de que as atividades ficam sob responsabilidade apenas do pai e/ou de um dos filhos, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade, ou seja, em muitos casos hoje quem dirige efetivamente a propriedade não é mais a família como um todo e sim alguns dos seus membros. Este mesmo autor acrescenta que esse fato não invalida o caráter familiar do empreendimento, ressaltando ainda que a família rural já não se identifica mais com as atividades agrícolas. A casa dos pais tornou-se uma espécie de base territorial, que acolhe os parentes próximos em ocasiões festivas e, mais do que isso, transformou-se em um ponto de refúgio para as épocas de crise, principalmente as associadas com o desemprego.

Tabela 5 - Comparação de índices de diversidade em estudos realizados em comunidades situadas no domínio da Mata Atlântica e ecossistemas associados.

Local de estudo	NE	NI	NC	IF		Fonte:
				base 10	base e	
Gamboa, RJ	90	58	558	1,65	-	Figueiredo <i>et al.</i> 1993
Chalhaus, RJ	75	42	482	1,53	-	Figueiredo <i>et al.</i> 1997
Arraial do Cabo, RJ	68	15	444	1,78	4,10	Fonseca-Kruel & Peixoto 2004
Praia do Puruba, SP	124	22	414	1,92	-	Rossato <i>et al.</i> 1999
Sertão do Puruba, SP	140	28	525	1,92	-	Rossato <i>et al.</i> 1999
Picinguaba, SP	216	83	1.552	2,06	-	Rossato <i>et al.</i> 1999
Casa de Farinha, SP	108	18	393	1,85	-	Rossato <i>et al.</i> 1999
Ilha de Vitória, SP	57	11	195	1,61	-	Rossato <i>et al.</i> 1999
Ponta do Almada, SP	152	45	434	1,99	4,59	Rossato <i>et al.</i> 1999
Praia de Camburí, SP	162	57	541	1,98	4,57	Hanazaki <i>et al.</i> 2000
Guaraqueçaba, PR	445	90	3.400	2,38	5,48	Hanazaki <i>et al.</i> 2000
Gleba Aldeia Velha, RJ	209	19	548	2,20	5,07	Presente estudo

CONCLUSÕES

O conhecimento sobre os recursos vegetais na comunidade GAV é grande e representa um dos valores mais altos indicado pelo índice de diversidade de Shannon para estudos dessa natureza. A categoria medicinal é a que agrega o maior elenco de espécies (96 spp.) das 210 úteis identificadas, o que pode ser justificado, em parte, pelos locais priorizados pela metodologia adotada, os arredores das residências e, em parte, também, pela maior disponibilidade das mulheres em participar das etapas metodológicas. Os homens detêm o conhecimento sobre as plantas nativas, sobretudo as de uso na construção, como combustível e confecção de utensílios domésticos e ferramentas, enquanto as mulheres detêm, fundamentalmente, o conhecimento sobre as plantas medicinais. A disponibilidade de tempo dos informantes masculinos que propicie incursões a áreas remanescentes de floresta na região poderá ampliar o número de citações de espécies nativas e, ainda, alterar o quadro geral de categorias de usos. Cinco espécies obtiveram índices de importância relativa maiores que 1,00 e foram indicadas no tratamento até o máximo de seis categorias distintas de doenças. As categorias de doenças com maior consenso entre os informantes da comunidade foram aquelas relacionadas: a doenças infecciosas e parasitárias, transtornos do sistema nervoso e transtornos do sistema respiratório, o que, por sua vez, coincide com as doenças mais ocorrentes na comunidade. A extração seletiva é apontada como prática pretérita e responsável pela redução de algumas espécies típicas das matas de baixada como: o ipê-tamano (*Tabebuia cassinoides*) e o pau-ferreira (*Picramnia ciliata*). A comunidade GAV não possui esta prática e a retirada de espécies nativas de matas particulares, se dá de forma eventual.

A comunidade, a despeito de ter tido parte de seus habitantes desalojada, no passado, das fazendas que compunham a área que hoje constitui a Reserva, reconhece a importância da conservação dos remanescentes florestais da região, bem como do conhecimento que possuem sobre o uso de plantas. Revelam assim

potencialidades de estudos e cooperação entre diferentes setores da biologia da conservação que busquem priorizar a identificação de alternativas de recursos e a elaboração de programas de educação ambiental. A inclusão dos indivíduos detentores desse conhecimento, fixado por gerações, e que desempenham liderança natural por isso, deveria ser encarada como estratégica para as iniciativas oriundas de órgãos de governo e organizações não-governamentais que objetivem a conservação e uso sustentado desses recursos genéticos, salvaguardados nas Unidades de Conservação.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, através do PIBIC/CNPq e ao CNPq pelas facilidades concedidas à realização do presente estudo e pela bolsa concedida ao primeiro autor; aos moradores de GAV pela colaboração e amizade; à PETROBRAS pelo financiamento ao Programa Mata Atlântica do qual este estudo faz parte; à Reserva Biológica de Poço das Antas/IBAMA pelo apoio logístico; à Antônio Tavares de Oliveira e Adilson Pintor, do Programa Mata Atlântica, pelo auxílio nos trabalhos de campo; aos taxonomistas Alexandre Quinet, Ângela S. F. Vaz, Claudine M. Myssen, Elsie Franklin Guimarães, Genise Vieira Somner, Haroldo C. de Lima, Inês Macline da Silva, José Fernando A. Baumgratz, José Marcelo A. Braga, Lana S. Sylvestre, Marcelo da Costa Souza, Maria Verônica P. Leite-Moura, Máximo G. Bovini e Sebastião José da Silva Neto, pelo auxílio na identificação/confirmação de parte do material botânico; ao médico Willian Salomão Rahy (UFRRJ) pelo auxílio na ordenação das doenças nas categorias propostas pela OMS; ao Prof. Dr. Jarbas M. Queiroz (UFRRJ) pelo auxílio nos métodos estatísticos; ao Prof. Dr. Cláudio Urbano Pinheiro (UFMA), Profa. Dra. Sonia Lagos (Jardim Botânico Nacional, Santo Domingo, República Dominicana) e ao Prof. Dr. Antônio Carlos Diegues (NUPAUB-USP) pelas valiosas críticas e sugestões e à Profa. Meggin Lindgren pelo auxílio na elaboração do *abstract*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, U. P. & Andrade, L. H. C. 2002. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 16(3): 273-285.
- Alexiades, M. N. & Sheldon, J. W. (eds.) 1996. Selected guidelines for ethnobotanical research: A field manual. The New York Botanical Garden Press. New York.
- Advances in Economic Botany 10: 1-306.
- Almeida, C. F. C. B. R. & Albuquerque, U. P. 2002. Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil): um estudo de caso. *Interciencia* 27(6): 276-285.
- Amorozo, M. C. M. 2002. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 16(2): 189-203.
- _____ & Gély, A. 1988. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Ghoeldi, Nova Série Botânica* 4(1): 47-131.
- Begossi, A. 1996. Use of ecological methods in ethnobotany: Diversity indices. *Economic Botany* 50(3): 280-289.
- Bennett, B. C. & Prance, G. T. 2000. Introduced plants in the indigenous pharmacopoeia of Northern South America. *Economic Botany* 54(1): 90-102.
- Bernard, R. H. 1989. Research methods in cultural anthropology. SAGE Publications, Inc. London. 520p.
- Born C. G. 2000. Plantas Medicinais da Mata Atlântica (Vale do Ribeira): extrativismo e sustentabilidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 289p.
- Chambers, R. 1992. Rural appraisal: Rapid, relaxed and participatory. Institute Development Studies. London. Discussion Paper 311. 90p.
- Cotton, C. M. 1998. Ethnobotany: Principles and applications. John Wiley and Sons. Chichester, England, 424p.
- Cronquist, A. 1988. The evolution and classification of flowering plants. 2ª ed. The New York Botanical Garden, New York, 555p.
- Diegues, A. C. 2000. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. Hucitec, NUPAUB, USP, São Paulo, 169p.
- _____. 2002. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: Simões, L. L. & Lino, C. F. (orgs.). Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos vegetais. Ed. SENAC. São Paulo. Pp. 135-158.
- _____ & Arruda, R. S. V. (orgs.). 2001. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília/USP, São Paulo. Série Biodiversidade 4. 176p.
- _____ & Viana, V. M. (orgs.). 2000. Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica. Piracicaba, SP. NUPAUB-USP, ESALQ-USP, São Paulo, 273p.
- EMBRAPA. 2004. A utilização do diagnóstico participativo na avaliação de um projeto de governo: uma análise crítica. Disponível na internet em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab015.pdf>>. Consulta: 25 de agosto de 2004.
- Figueiredo, G. M.; Leitão-Filho, H. F. & Begossi, A. 1993. Ethnobotany of Atlantic Forest coastal communities: Diversity of plant uses in Gamboa (Itacuruçá Island, Brazil). *Human Ecology* 21(4): 419-430.
- _____. 1997. Ethnobotany of Atlantic Forest coastal communities: II. Diversity of plant uses at Sepetiba Bay (SE Brazil). *Human Ecology* 25(2): 353-360.
- Fonseca-Kruel, V. S. & Peixoto, A. L. 2004. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. *Acta Botanica Brasilica* 18(1): 177-190.
- Fundação SOS Mata Atlântica 2002. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica período 1995-2000. Relatório parcial. Estado do Rio de Janeiro. [on line] Disponível na internet em: <<http://>

- www.sosmatatlantica.org.br>. Arquivo capturado em 15 de junho de 2004.
- Guedes-Bruni, R. R. 1998. Composição, estrutura e similaridade de dossel em seis unidades fisionômicas de Mata Atlântica no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 231p.
- Guedes-Bruni, R. R.; Silva Neto, S. J.; Morim, M. P. & Mantovani, W. 2006a. Composição florística e estrutura de trecho de Floresta Ombrófila Densa Atlântica aluvial na Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, RJ. *Rodriguésia* 57(3): 413-428.
- _____. 2006b. Composição florística e estrutura de trecho de Floresta Ombrófila Densa Atlântica sobre morrote mamelonar na Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, RJ. *Rodriguésia* 57(3): 429-442.
- Hanasaki, N.; Tamashiro, J. Y.; Leitão-Filho, H. F. & Begossi, A. 2000. Diversity of plants uses in two caixara communities from the Atlantic Forest coast, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 9: 597-615.
- Heywood, V. H. (ed.). 1995. *Global Biodiversity Assessment*. Cambridge University Press, Cambridge, 1140p.
- Höft, M.; Barik, S. K. & Lykke, A. M. 1999. Quantitative ethnobotany. Applications of multivariate and statistical analyses in ethnobotany. *People and Plants working paper 6*. UNESCO, Paris, 46p.
- IBAMA. 2003. Unidade: Reserva Biológica de Poço das Antas/RJ. Disponível na internet em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Consulta: 26/10/2003.
- IBGE. 1992. Manual técnico da vegetação brasileira. Ser. Manuais Técnicos em Geociências 1, Rio de Janeiro, 92p.
- _____. 2004. Censo Demográfico 2000: Resultados do universo nas grandes regiões. População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Disponível na internet em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm>. Consulta: 31 de agosto de 2004.
- INPI. 2004. The International Plant Names Index. *On line*: <<http://www.ipni.org/index.html>>. Consulta: junho-julho de 2004.
- JBRJ. 2003. Descrição da Reserva Biológica de Poço das Antas. Disponível na internet em: <<http://www.jbrj.gov.br/>>. Consulta: 22/02/2003.
- Laraia, R. B. 2002. *Cultura: um conceito antropológico*. 15ª ed. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 11p.
- Larrère, R.; Lepart, J.; Marty, J. & Franek-Dominique, V. 2003. École thématique du CNRS: Biodiversité: quelles interactions entre sciences de la vie et sciences de l'homme et de la société?. *Natures Sciences Sociétés* 11: 304-314.
- Lima, H. C.; Pessoa, S. V. A.; Guedes-Bruni, R. R.; Moraes, L. F. D.; Granzotto, S. V.; Iwamoto, S. & Di Ciero, J. 2006. Caracterização fisionômico-florística e mapeamento da vegetação da Reserva Biológica de Poço das Antas, Silva Jardim, Rio de Janeiro, Brasil. *Rodriguésia* 57(3): 369-389.
- Lima, R. X.; Silva, S. M.; Kuniyoshi, Y. S. & Silva, L. B. 2000. Etnobiologia de comunidades continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. *Etnoecológica* 4(6): 33-55.
- Lorenzi, H. & Matos, F. J. A. 2002. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Instituto Plantarum, São Paulo, 512p.
- Machado, A. 1985. *Monografia de Silva Jardim*. Silva Jardim, RJ, Arquivos da Prefeitura de Silva Jardim, RJ, 66p.
- Magurran, A. E. 1988. *Ecological diversity and its measurement*. Princeton University Press, New Jersey, 192p.
- Martin, G. J. 1995. *Ethnobotany: A method manual*. Chapman & Hall, London, 268p.
- Myers, N.; Mittermeier, R. A.; Mittermeier, C. G.; Fonseca, G. B. A.; Kent, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403: 853-858.

- Pavan-Fruehauf, S. 2000. Plantas medicinais da Mata Atlântica: manejo sustentado e amostragem. Annablume: FAPESP, São Paulo, 216p.
- Pinheiro, C. U. 2002. Extrativismo, cultivo e privatização do Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus* Stapf ex Holm.; Rutaceae) no Maranhão, Brasil. Acta Botanica Brasiliensis 16(2): 141-150.
- Polhill, R. M.; Raven, P. H. & Stirton, C. H. 1981. Evolution and systematics of the Fabaceae. In: Polhill, R. M. & Raven, P. H. (eds). Advances in Legume Systematics. London. Royal Botanic Gardens, Kew 1: 1-26.
- Rios, M. 2002. La comunidad Benjamin Constant y las plantas útiles de la "capoeira": un enlace etnobotánico en la Región Bragantina, Pará, Amazonía Brasileña. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos-Estudos Amazônicos, Belém, 539p.
- Rossato, S.C.; Leitão-Filho, H.F. & Begossi, A. 1999. Ethnobotany of Caiçaras of the Atlantic Forest Coast (Brazil). Economic Botany 53(4): 387-395.
- Shepherd, G. J. 1995. FITOPAC 1: Manual do usuário. Departamento de Botânica. Unicamp.
- Silva, J. G. 2002. Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas. In: Castro, A. C. (org.) Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Mauad: BNDES. Rio de Janeiro. Pp. 411-436.
- Sneath, P. H. A. & Sokal, R. R. 1973. Numerical taxonomy. The principle and practices of numerical classification. W.H. Freeman & Co., San Francisco, CA, 573p.
- Trotter, R. & Logan, M. 1986. Informant consensus: A new approach for identifying potentially effective medicinal plants. In: Indigenous Medicine and Diet: Biobehavioural approaches. Redgrave, New York. Pp. 91-112.
- W3 TROPICOS. 2004. Missouri Botanical Garden VAST (VAScular Tropicos) nomenclatural database and associated authority files. Disponível na internet em: <<http://mobot.mobot.org/W3T/Search/vast.html>>. Consulta: junho-julho de 2004.
- Weller, S. C. & Romney, A. K. 1988. Systematic data collection. SAGE Newbury Park, CA, 95p.
- Williams, V. L.; Balkwill, K. & Witkowski, E. T. F. 2000. Unraveling the commercial market for medicinal plants and plant parts on the Witwatersrand, South Africa. Economic Botany 54(3): 310-327.